

Ao Grupo Técnico de Meio Ambiente do Gabinete de Transição Presidencial do Governo Lula

A Justiça Climática só será possível com intensiva e inclusiva participação dos diversos setores da sociedade civil brasileira, em especial aquelas pessoas que historicamente tiveram e seguem tendo os seus direitos violados e/ou não reconhecidos.

A sociedade civil brasileira recebe com entusiasmo as perspectivas postas na transição de governo de maior participação social, respeito aos direitos humanos e fundamentais e aumento da ambição na agenda socioambiental.

Demonstrando a intenção de impor um governo autoritário, uma das primeiras medidas do governo que está acabando foi destruir ou desfigurar os espaços de controle social como os colegiados, comitês, conselhos, grupos de trabalho, comissões e outros fóruns colegiados, como o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)¹. Segundo o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - Cebrap, 75% dos conselhos e comitês nacionais foram extintos ou esvaziados, apontando para o radical retrocesso nos alicerces democráticos brasileiros. Além disso, a ativa perseguição por parte do atual governo federal aos movimentos sociais, quilombolas, povos originários e tradicionais, organizações da sociedade civil, lideranças de base e ativistas restringiu ainda mais a participação da população brasileira nas esferas democráticas de planejamento e gestão das políticas públicas.

Felizmente, estamos transitando para uma nova fase em que a participação da população volta a ser parte determinante da política institucional e, dada a situação de emergência climática, medidas de ajuste precisam ser implementadas o mais rápido possível. Segundo levantamento da Política por Inteiro, há necessidade de reconstruir cerca de 89 atos do poder público de modo a remodelar a participação e o controle social sobre as políticas climática e socioambientais, sendo 16 atos a revogar de imediato, 5 a revogar e 68 a re-regular. Nesse sentido, o presidente eleito, Lula, sinalizou sua disposição de retomar, criar e intensificar os mecanismos de participação social, em especial na pauta socioambiental e climática.

Como organizações que atuam na agenda e reconhecem os desafios para garantir que essa participação seja de fato igualitária, plena e garantida, em especial para os grupos que historicamente têm seus direitos violados, através do racismo ambiental, e/ou têm sido vulnerabilizados pela crise climática (mulheres, jovens, crianças, povos originários, quilombolas, comunidades tradicionais, PCDs, LGBTQIA+s, população negra, população

¹ Vide pg. 20 de [Reconstrução](https://www.politicaporinteiro.org/wp-content/uploads/2022/10/Relatorio-Reconstrucao.pdf).
<https://www.politicaporinteiro.org/wp-content/uploads/2022/10/Relatorio-Reconstrucao.pdf>

periférica, entre outros), apresentamos ao Grupo Técnico de Meio Ambiente do Gabinete de Transição Presidencial do Governo Lula recomendações cujos efeitos fortaleceriam a pluralidade do debate na retomada da agenda socioambiental e climática do Brasil, ampliando o espaço para vozes e práticas diversas e dissonantes na estrutura de governança e, assim, garantindo os alicerces para que o nosso regime democrático de fato esteja comprometido com a justiça socioambiental.

Ante o exposto, apresentamos as seguintes proposições acerca da retomada da agenda socioambiental e climática do Brasil:

1. Garantir a participação, em grau de paridade entre categorias, em espaços institucionais de participação social a serem criados ou retomados, como os fóruns, comitês e conselhos deliberativos, envolvendo Setor Privado, Governos subnacionais e órgãos públicos locais, Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais, Academia e Movimentos Estudantis.
2. Garantir recursos públicos para possibilitar a participação presencial de representantes de organizações da sociedade civil e movimentos sociais em atividades de consulta, como oficinas, workshops, audiências públicas etc.
3. Fortalecer e priorizar mecanismos de inclusão formal de grupos que historicamente possuem direitos violados e/ou têm sido vulnerabilizados pela crise climática, e pelo consequente racismo ambiental, garantindo participação da população negra, indígena, tradicional, favelada e periférica em todas as oportunidades de contribuição social na agenda socioambiental e climática em nível federal.
4. Garantir participação social inclusiva, formal e diversa em atividades de ministérios correlatos às agendas socioambientais e climáticas (Meio Ambiente, Direitos Humanos, Agricultura, Povos Originários, Fazenda, Minas e Energia, Relações Exteriores, Cidades, Igualdade Racial etc), e, caso uma nova autoridade climática seja criada, garantir que ela inclua espaços e mecanismos deliberativos para a sociedade civil, em especial das pessoas mais vulneráveis e impactadas pela crise climática, como mulheres, jovens, crianças, povos originários, quilombolas, comunidades tradicionais, PCDs, LGBTQIA+s, população negra, população periférica, entre outros.
5. Comprometer-se com a realização de atividades consultivas, como oficinas, grupos focais e audiências públicas, nos processos de criação e revisão de políticas públicas socioambientais e climáticas, com destaque à revisão da NDC Brasileira perante o Acordo de Paris e o incentivo à ratificação do Acordo de Escazú.
6. Garantir condições de acesso e participação de populações de baixa renda, povos e comunidades tradicionais dos processos e espaços digitais, investir em infraestrutura de comunicação e energia elétrica para áreas rurais e urbanas com baixa ou nenhuma conectividade, de forma associada a políticas públicas de democratização de meios de comunicação comunitária, como rádios e pontos de internet, com qualidade, integridade, autonomia e segurança.
7. Criar mecanismos para realizar um processo de escuta social de denúncias de irregularidades e violações de direitos de grupos vulnerabilizados pela crise

climática, especialmente de povos e comunidades tradicionais, por parte de representantes do Estado, para identificar a necessidade de revisão e mudança em políticas públicas que foram instrumentalizadas nos últimos anos.

A ampla, inclusiva, formal e propositiva participação social é a base necessária para garantir a justiça climática que necessariamente passa pela justiça social e pela garantia da cidadania. Precisamos ir além de processos consultivos e evoluir para modelos de co-construção do pacto socioambiental. A sociedade civil brasileira foi determinante nos últimos anos para impedir mais retrocessos além daqueles que aconteceram e será determinante também para a retomada da agenda socioambiental e climática brasileira.

Assim, as entidades que subscrevem a presente carta solicitam ao Grupo Técnico de Meio Ambiente do Gabinete de Transição Presidencial do Governo Lula que seja criado um Mecanismo Orientativo Permanente de Participação Social, composto por entidades, movimentos e organizações da sociedade civil, com o objetivo de propor e monitorar mecanismos de intensificação e inclusão nos processos institucionais de participação para a agenda socioambiental e climática brasileira.

Assinam as seguintes organizações:

- 350.org Brasil
- A Vida no Cerrado (AVINC)
- Abong
- Agência Ambiental Pick-upau
- Agenda Realengo 2030
- Alana
- Aldeias-Instituto Lilar
- Aliança Nacional Lgbti+
- Climática
- CLP - Centro de Liderança Pública
- Coalizão Clima de Mudança
- Coletivo Ecosocialista
- Coletivo Utopia Negra Amapaense
- Comitê Chico Mendes
- CONJUCLI - Conselho de Juventudes pela Ação Climática
- Cooperação da Juventude Amazônida para o Desenvolvimento Sustentável - COJOVEM
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ
- Delibera Brasil
- EmpoderaClima
- Engajamundo
- Fé no Clima - ISER

- FlorestaFM
- Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal
- Gestos
- Global Shapers Belo Horizonte Hub
- Hivos - Instituto Humanista para cooperação com países em desenvolvimento
- International Rivers
- INSEA - Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável
- Instituto Alziras
- Instituto AYÍKA
- Instituto Clima de Eleição
- Instituto Climainfo
- Instituto de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS
- Instituto de Referência Negra Peregum
- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
- Instituto Febre
- Instituto Hori - Educação e Cultura
- Instituto Mapinguari
- Instituto Marielle Franco
- Instituto Pólis
- Instituto Verdeluz
- Instituto Vero
- Instituto Vladimir Herzog
- Jovens Pelo Clima Brasília
- Juventude lixo zero Amapá
- Liberte o Futuro
- Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais
- menstRUA
- Movimento Acredito
- Movimento Moara
- Observatório do Marajó
- Observatório dos Trens
- Organização Mandí
- Plan International Brasil
- Plataforma CIPÓ
- Projeto Saúde e Alegria
- Purpose Brasil
- Rede Conhecimento Social
- Rede de Articuladoras Ambientais Jandyras
- Rede de ONGs da Mata Atlântica- RMA
- Resama - Rede Sul-Americana para as Migrações Ambientais
- Revolusolar
- Sistema B Brasil
- Talanoa

- Teia Solidária
- TETO Brasil
- The Climate Reality Project Brasil
- Washington Brazil Office
- Youth Climate Leaders (YCL)